



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. CNPJ nº 10.760.260/0001-19

cvccorp.com.br

Mensagem da Administração

Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia anunciou seu plano de sucessão com a transição na liderança... Na vertente de Crescimento, apresentamos avanços na representatividade global das marcas do B2B...

Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao ano de 2025. As informações a seguir compararam: período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Receita líquida de vendas, Custos dos serviços prestados, Lucro antes do resultado financeiro, etc.

Receita líquida de vendas. No ano de 2025, a Receita Líquida Consolidada registrou R\$ 1,5 bilhão, um incremento de 4,8% em relação ao mesmo período de 2024...

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include 1. Receitas, 2. Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado líquido produzido pela entidade, etc.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 1º andar, sala 111, CEP 09090-400, em Santo André, Estado de São Paulo, inscrita na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3.A.

Table with 5 columns: Controladas, Tipo, Principal atividade, País-sede, Participação. Lists subsidiaries like SV Viagens Ltda., Alimundo Brasil Viagens e Tur. Ltda., Santa Fe Investment Holding B.V., etc.

Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram ativos circulantes líquidos negativos de R\$ 613.470 na controladora e R\$ 629.651 no consolidado...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2006 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with 6 columns: 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Receita líquida de vendas, Ffessoal, Salários de terceiros, etc.

Despesas de 2025, as despesas de vendas da CVC Corp apresentaram um aumento de 13,7% em relação ao ano de 2024, impactadas, por um maior nível de gastos com marketing em campanhas para acompanhar tendências do mercado brasileiro de varejo...

Table with 6 columns: 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Encargos financeiros, Juros das aquisições, Juros sobre antecipação de recebíveis, etc.

O Resultado Financeiro de 2025 foi uma despesa de R\$ 276,0 milhões, um aumento de R\$ 101,8 milhões na comparação anual, impulsionado, principalmente, (i) pelo aumento na taxa real de juros em relação ao período anterior, (ii) pelo aumento do IOF no Brasil sobre remessas internacionais...

AdmInistração da CVC Corp busca promover um ambiente diverso e respeitoso para todos os colaboradores e para merço o atingimento de tais objetivos, a Companhia se vale de ferramentas de pesquisa buscando captar percepções acerca dos valores da empresa. As pesquisas são anônimas e, por isso, proporcionam resultados realistas sobre o ambiente de trabalho...

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS)...

Table with 6 columns: Controladas, Principal atividade, País-sede, Moeda funcional. Lists subsidiaries like SV Viagens, Santa Fe Investment Holding B.V., Alimundo Argentina, etc.

2.2 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS)...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2006 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Gerenciamento de Riscos (PGR) - Atualização anual do documento de saúde ocupacional, com avaliação dos riscos ocupacionais por empresa especializada, conforme as funções exercidas. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) - Empresa especializada em medicina ocupacional define os exames médicos necessários e sua periodicidade...

Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia, incluindo cargos da administração: Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total - um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63% de 2024...

Desempenho financeiro: Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total - um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63% de 2024...

Desempenho financeiro: Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total - um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63% de 2024...

Desempenho financeiro: Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total - um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63% de 2024...

Desempenho financeiro: Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total - um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63% de 2024...

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Receita líquida de vendas, Custos dos serviços prestados, Lucro antes do resultado financeiro, etc.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas nacionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes no ato das transações. Os ativos passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço...

Table with 6 columns: Notas, 31/12/2025, AV, 31/12/2024, AV, Absoluta, Percentual. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS)...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2006 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa incorporada foi o valor contábil de seus ativos e passivos, conforme demonstrado a seguir:

	30/04/2025	Passivo Circulante	30/04/2025
Ativo Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.616	Fornecedores	821
Aplicação Financeira	300	Impostos e contribuições a pagar	146.333
Contas a receber de clientes	1.108	Contas a pagar - partes relacionadas	24.460
Contas a receber - partes relacionadas	351	Outras contas a pagar	3.057
Impostos a recuperar	54		
Outras contas a receber	(65)		
Total do ativo circulante	5.859	Total do passivo circulante	28.361
Não circulante		Não circulante	
Depósitos Judiciais	169	Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	245
Impostos a recuperar	203		
Ativo intangível	2		
Total do ativo não circulante	374	Total do passivo não circulante	245
		Patrimônio líquido	
		Outros resultados abrangentes	54.904
		Prejuízos acumulados	(77.632)
		Total do Patrimônio líquido	(22.373)
Total do ativo	6.233	Total do passivo e patrimônio líquido	6.233

10 Ativo intangível

Política contábil: *Ágio:* O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou valor a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. *Software e website:* Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. *Contrato de exclusividade:* O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento. *Carteira de clientes:* A carteira de clientes foi avaliada pelo método *Market Excess Earnings Method*, que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade de clientes associados à atual base de clientes. *Marcas:* O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de *“relief-from-royalty”*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado pela diferença entre os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. *Vida útil:* Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

Anos	
3-5	Software e website
10	Contrato de exclusividade
6-19	Carteira de clientes
16-19	Marca
4	Acordo de não competição
Indefinida	Ágio

Redução ao valor recuperável (impairment): Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de *impairment*, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entre essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A baixa por *impairment* relacionada ao ágio não é revertida. **10.1 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Total do Intangível
Saldo em 01 de janeiro de 2024	287.796	657	146.913	27.875	3.333	-	466.774
Custo							
01 de janeiro de 2024	688.024	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	973.905
Adições	76.682	-	-	-	-	-	76.682
Transferências para o ativo imobilizado	(95.953)	-	-	-	-	-	(95.953)
Baixas	(3.372)	-	-	-	-	(1.222)	(4.594)
31 de dezembro de 2024	761.222	16.877	146.913	116.170	4.699	-	1.045.881
Amortização acumulada							
01 de janeiro de 2024	(400.228)	(16.020)	-	(88.295)	(1.366)	(1.222)	(507.131)
Amortização	112	(192)	-	(14.543)	(256)	-	(14.881)
Baixas	446	-	-	-	-	1.222	1.668
31 de dezembro de 2024	(495.735)	(16.212)	-	(102.838)	(1.622)	-	(616.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	265.487	665	146.913	13.332	3.077	-	429.474
01 de janeiro de 2025	761.222	16.877	146.913	116.170	4.699	-	1.045.881
Incorporação de controlada	-	-	59.011	89.165	-	-	148.176
Adições	88.208	-	-	-	-	-	88.208
Transferências para o ativo imobilizado	61	-	-	-	-	-	61
Baixas	(5.874)	-	-	-	-	-	(5.874)
31 de dezembro de 2025	843.617	16.877	205.924	205.335	4.699	-	1.276.452
Amortização acumulada							
01 de janeiro de 2025	(495.735)	(16.212)	-	(102.838)	(1.622)	-	(616.407)
Amortização	(94.511)	(190)	-	(19.325)	(256)	-	(114.282)
Baixas	1.595	-	-	-	-	-	1.595
31 de dezembro de 2025	(588.651)	(16.402)	-	(122.163)	(1.878)	-	(729.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	254.966	475	205.924	83.172	2.821	-	547.358

	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros (a)	Total do Intangível
Saldo em 01 de janeiro de 2024	403.241	797	304.790	142.531	59.668	-	-	911.221
Custo								
01 de janeiro de 2024	1.052.882	16.877	304.790	448.626	115.726	10.634	3.649	1.953.184
Adições	82.886	-	-	-	-	-	-	82.886
Transferências para o ativo imobilizado	(5.769)	-	-	-	-	(10.634)	(152)	(16.555)
Impairment (b)	-	(6.659)	-	(2.687)	-	-	-	(9.346)
Reclassificações	2.658	-	-	-	-	(2.658)	-	-
Varição cambial de conversão	37.220	-	-	8.439	20.206	-	740	66.605
31 de dezembro de 2024	1.169.765	16.877	298.131	457.065	133.245	-	1.579	2.076.662
Amortização acumulada								
01 de janeiro de 2024	(649.641)	(16.086)	-	(306.095)	(55.858)	(10.634)	(3.649)	(1.041.963)
Amortização	(126.193)	(192)	-	(27.515)	(28.505)	-	-	(182.405)
Baixas	(3.068)	-	-	-	-	10.634	-	11.079
Reclassificações	(2.145)	-	-	(5.111)	(11.006)	-	3.968	(998)
Varição cambial de conversão	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	-	(1.579)	(1.246.849)
31 de dezembro de 2024	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	-	(1.579)	(1.246.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	370.263	599	298.131	122.944	37.876	-	-	829.813
31 de dezembro de 2024	370.263	599	298.131	122.944	37.876	-	-	829.813
Custo								
01 de janeiro de 2025	1.169.765	16.877	298.131	457.065	133.245	-	1.579	2.076.662
Adições	118.128	-	-	-	-	-	-	118.128
Transferências para o ativo imobilizado	61	-	-	-	-	-	-	61
Impairment	(20.811)	-	(17.449)	-	(207)	(1.385)	-	(22.653)
Varição cambial de conversão	(54.875)	-	-	(1.944)	(12.157)	-	(194)	(69.170)
31 de dezembro de 2025	1.212.268	16.877	280.682	455.121	120.881	-	-	2.085.829
Amortização acumulada								
01 de janeiro de 2025	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	(1.579)	(1.246.849)	
Amortização	(138.966)	(190)	-	(22.322)	(10.243)	-	-	(171.721)
Baixas	15.662	-	-	-	-	1.385	-	17.047
Varição cambial de conversão	38.805	-	-	(8.608)	8.608	-	194	47.607
31 de dezembro de 2025	(868.000)	(16.468)	-	(356.443)	(97.041)	-	-	(1.318.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	328.267	409	280.682	98.678	23.877	-	-	731.313

(a) Para fins de apresentação efetuamos a baixa dos saldos de custo e amortização de outros totalmente amortizados. **10.2 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida:** Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa, para teste de *impairment*. A Companhia realizou o teste de valor recuperável e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. **10.3 Unidade geradora de caixa (UGC):** Em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável das UGCs do Grupo, referente ao goodwill alocado, foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até 5 anos, conforme abaixo:

UGC	Carrying amount	Valor em uso	Goodwill	Impairment
Consolidadora área	(6.318)	829.989	795.770	(214.004)
Trend	136.616	220.777	259.570	(191.089)
Experimento	21.577	67.004	44.159	-
Visual	(11.000)	60.768	17.988	(11.650)

Os ágios decorrentes das aquisições das empresas SV Viagens, OLA, Almuendo, Avantiop e Bilbos foram integralmente provisionados como resultado dos testes de *impairment* aplicados às respectivas UGCs, sendo que o ágio da SV Viagens foi incorporado em 2025, enquanto as provisões para *impairment* relativas aos ágios das demais empresas foram reconhecidas em exercícios anteriores. **10.4 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:** O cálculo do valor em uso da Consolidadora área, Trend, Experimento e Visual é mais sensível às premissas de EBITDA (I), taxa de desconto (II), (I) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas; (II) A taxa de desconto a valor presente pelo custo médio ponderado de capitais (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*) de 16,47% (16,89% em dezembro de 2024). **10.5 Análise de sensibilidade:** Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acreção/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

	Cenário Provável	Taxa de desconto	Redução de 1%
Consolidadora área	18,47%	8,47%	7.908
Trend	18,47%	20,17%	242.699
Experimento	18,47%	70.811	82.028
Visual	18,47%	54.593	68.002

11 Fornecedores

Política contábil: Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, entre outros, bem como a fornecedores relacionadas e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo, considerando vencimento em curto prazo.

	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Aéreo	100.507	64.138
Hotel	166.870	167.986
Marítimo	8.676	22.080
Instituições educacionais	8.676	9.512
Indústria de veículos	7.795	16.778
Fornecedores administrativos e gerais	110.085	112.633
Total	393.935	364.718

12 Debêntures

Política contábil: Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

	Controladora e Consolidado	
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Emissão	Data de emissão	Vencimentos
4ª emissão	18/04/2019	30/10/2028
5ª emissão	28/01/2021	30/10/2028
Total		

	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
4ª emissão	6.103	334.650
5ª emissão	3.347	198.221
Total	9.450	532.871

4ª Emissão: Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquenária, em duas séries, sendo a primeira composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50%, respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições: (a) Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente; (b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture. Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série da debênture foi amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. E o valor nominal unitário da 2ª série das debêntures foi amortizado em duas parcelas com vencimento em 18 de abril de 2024 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 18 de abril de 2025. 5ª Emissão: Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia (RCA), a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com ensorço restrito de distribuição. A emissão das debêntures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a captação de R\$ 436.405 e vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive). Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Companhia decorrente de instrumentos celebrados entre a Companhia, na qualidade de credora, Citibank N.A., na qualidade de credora, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente. **Repatriamento das Debêntures realizado em 2024:** Em 11 de setembro de 2024 a Companhia comunicou ao mercado por meio de Fato Relevante que havia chegado a um acordo com os debenturistas representantes das debêntures de 4ª e 5ª emissão acerca dos termos e condições do novo repatriamento das debêntures em circulação. O acordo estava sujeito a concordância dos debenturistas em relação aos documentos definitivos e a aprovação em suas respectivas AGDs, bem como aprovações societárias da Companhia. Em 24 de setembro de 2024 o RCA examinou e deliberou a convocação das AGDs da 4ª e 5ª emissão, a qual seria realizada em 16 de outubro de 2024. O novo repatriamento das debêntures de 4ª e 5ª emissão foram aprovados em 16 de outubro de 2024 por meio da AGD, onde as cláusulas relativas ao prazo de vencimento das debêntures, fluxos de pagamento de carência de principal, taxas de juros remuneratórios, formas de pagamento e por conseguintes garantias foram alteradas conforme demonstrado no quadro abaixo: **Cenário anterior a renegociação formalizada em 2024**

	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 436.405	R\$ 272.974
Data da Emissão	21/01/2021	21/01/2021
Data do Último Aditamento	06/04/2023	06/04/2023
Vencimento	30/11/2026	30/11/2026
Custo	CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a. ajustado em PI	CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a. ajustado em PI
Prêmio	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a. ajustado em PI	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a. ajustado em PI
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de maio e novembro	Semestral último dia útil de maio e novembro
Carência	Até 31/05/2024	Até 31/05/2024
Amortização	30/11/2024 (10%) 30/11/2025 (45%) 30/11/2026 (45%)	30/11/2024 (10%) 30/11/2025 (45%) 30/11/2026 (45%)
Cenário após a renegociação formalizada em 2024		
Valor Total da Emissão	R\$ 346.540	R\$ 206.098</



	Consolidado					
	Reconhecido em			Reconhecido em		
	Resul- tado do exercício	Recon- stituição temporárias	Outros	Resul- tado do exercício	Recon- stituição temporárias	Outros
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	39.913	-	-	39.913
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	38.031	(13.836)	-	24.195	54	24.249
Ganhos e perdas com derivativos	-	(644)	-	(644)	(428)	-
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	-	10.154	-	10.154	2.842	13.096
Contratos de arrendamento	-	2.711	-	2.711	6.841	9.552
Outras provisões administrativas	-	23.948	-	23.948	(6.602)	17.346
Receitas Diferidas	-	11.275	-	11.275	(5.956)	5.319
Impairment (d)	(28.047)	(7.768)	-	(35.815)	(7.263)	(43.078)
Valor-válida de ativos e passivo contingente (a)	104.845	97	5.540	3.019	113.501	28.356
Incorporação de controlada (b)	-	-	-	-	(5.405)	-
Prejuízos fiscais (c)	734.663	12.781	36.159	783.603	32.975	816.578
Outras provisões	-	(236)	-	(236)	3.417	3.181
Ativo/Passivo de imposto de renda diferido	849.492	(8.962)	129.062	3.019	972.611	24.336
Tributos diferidos não reconhecidos	(303.355)	(9.584)	(129.062)	-	(442.001)	(35.487)
Imposto de renda diferido	546.137	(18.546)	3.019	530.610	11.066	7.296
Total	1.432	1.535	851	1.994	96.885	1.535

(a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior. (b) Inclui impactos da incorporação da *Esteruar pela CVC*. (c) Refere-se à imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais. (d) Refere-se a baixa por impairment do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2.223 da SV Viagens, R\$ 11.904 da Esteruar, R\$ 13.920 da Visual e R\$ 7.768 da Trend em 2024. Em 2025 ocorreu a baixa de impairment na Trend de R\$ 7.263 totalizando o montante de R\$ 43.078. 15.3 Compensação dos impostos diferidos: A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, esta baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se detalha conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2026	10.321	10.357
Ano Calendário 2027	21.294	29.362
Ano Calendário 2028	42.362	57.410
Ano Calendário 2029	58.788	80.071
Ano Calendário 2030	66.678	91.477
Ano Calendário 2031 a 2035	63.581	45.140
Total reconhecido	263.024	313.871
Tributos não reconhecidos (prejuízo fiscal)	-	-
Total dos prejuízos fiscais	387.433	502.761
Total	650.457	816.578

16 Contas a pagar - Aquisição de controlada e investida

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	1.432	1.535	851	1.994
Passivo não circulante	1.432	1.535	96.885	1.994
Total	2.864	3.070	1.812	3.988

Total contas a pagar de aquisição de controlada
Total contas a pagar de aquisição de investida
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida
Em 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas com previsão de pagamento variável vinculado ao desempenho da operação da SV Viagens, por meio do mecanismo denominado Purchase Price Cap (PPC), com valor máximo de R\$ 80.000. Os valores foram apurados e pagos anualmente ao longo do contrato com base em métricas de visitas e conversão. A obrigação de pagamento adicional vinculada ao PPC somente se consolida ou se extingue no encerramento contratual, conforme cláusulas do *Quota Purchase Agreement (QPA)* e do *Trademark License Agreement (TLA)*. O contrato foi encerrado em 31 de agosto de 2025, sem manifestação de prorrogação por qualquer das partes. Considerando que não há obrigação residual de pagamento, uma vez que o PPC representa um limite máximo e não um valor fixo contratual. A reversão da provisão foi realizada no exercício de 2025, em virtude da extinção da obrigação. Esse cenário foi confirmado com o término do contrato. Em setembro, foi revertido o valor total de R\$ 104.640, sendo R\$ 44.243 (valor principal) como outras receitas operacionais e R\$ 60.398 no resultado financeiro (atualização de juros). Adicionalmente, a administração avaliou os ativos oriundos da aquisição e reconheceu uma provisão para *impairment* no montante de R\$ 17.656 no grupo de outras receitas e despesas operacionais.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito é de R\$ 1.755.264 (R\$ 1.755.264 em 31 de dezembro de 2024), representado por 525.591.097 (525.591.097 em 31 de dezembro de 2024), ações ordinárias e sem valor nominal. **17.2 Planos de Incentivo a Longo Prazo:** A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações, a serem liquidados com ações ou dinheiro, pelos quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações. Como determinado no Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em ações, os custos dos instrumentos são mensurados pelo valor justo na data da outorga, com base no modelo Black-Scholes por opção de ações, exceto para o plano SOP 2025, que o modelo de precificação de ações utilização foi o Binomial. A Companhia reconheceu os efeitos de ações outorgadas em seu patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício, de acordo com as vigências de cada plano. Atualmente, a Companhia possui o total de dois planos de Incentivo a Longo Prazo: o Plano de opção de compra de ações e o Plano de ações restritas. Os participantes indicados, observam as regras e condições definidas a cada programa, conforme definido em assembleia e aprovado pelo Conselho de Administração. Os programas têm como objetivo recompensar os participantes que contribuem para o melhor desempenho da Companhia e a valorização das ações, visando: (i) atrair, reter e motivar os participantes; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia; e (iii) ampliar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis da Companhia. As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) para 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão detalhadas abaixo:

Outorgas	Modelo de precificação	Data da outorga	Valor justo médio exercício	Valor do exercício	Prazo maturidade	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2025		Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2025 vel para exercício
							Quant./mil	Outor. gadas	Exer. cidas	Canca- ladas	
Plano 2	Black-Scholes	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	64	-	64
ILP Talentos	Black-Scholes	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	363	(196)	(167)	-	-
SOP 2024	Black-Scholes	28/05/2024	R\$ 3,39	R\$ 3,39	5 anos	168,49%	11.670	385	(122)	(8.798)	3.135
SOP 2025 (a)	Binomial	08/01/2025	R\$ 2,40	R\$ 2,40	3 anos	74,15%	-	-	(213)	8.798	21.120
SOP 2025 - 2º Prog (a)	Binomial	29/08/2025	R\$ 2,48	R\$ 2,48	3 anos	66,56%	-	450	-	-	450
Total							12.097	13.370	(196)	(502)	24.769

Outorgas	Modelo de precificação	Data da outorga	Valor justo médio exercício	Valor do exercício	Prazo maturidade	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2024		Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2024 vel para exercício
							Quant./mil	Outor. gadas	Exer. cidas	Canca- ladas	
Plano 2	Black-Scholes	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	64	-	64
ILP CVC	Black-Scholes	09/12/2015	R\$ 23,57	N/A	3 anos	36,22%	24	(24)	-	-	-
ILP Talentos	Black-Scholes	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	407	-	(44)	-	363
ILP Talentos 2023	Black-Scholes	01/04/2023	R\$ 3,28	N/A	5 anos	500	-	(500)	-	-	23
SOP 2024	Black-Scholes	28/05/2024	R\$ 3,39	R\$ 3,39	5 anos	168,49%	-	11.670	-	(500)	2.940
Total							995	11.670	(24)	(544)	12.097

(a) Em 08 de janeiro de 2025 e 17 de agosto de 2025, foi aprovado o plano de Opção de Compra de Ações para determinados executivos da Companhia, com o objetivo de conceder aos beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão, visando ampliar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis. A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 10.236 alocada em despesas gerais e administrativas, líquida de encargos sociais (R\$ 8.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga. **17.3 Ágio em transações de capital:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 183.846 e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores. **17.4 Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecida na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 4.792.509 ações em tesouraria (8.326 em 31 de dezembro de 2024) no montante de R\$ 9.817 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2024). As movimentações nessa rubrica referem-se à recompra de ações e às transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações, conforme descrito na nota 17.2.

18 Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem, principalmente, operações envolvendo a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos, relacionadas a conta corrente entre a controladora e suas controladas. As operações e os montantes dessas transações estão demonstrados a seguir: **18.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas**

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	Passivo não circulante	
SV Viagens (a)	80.277	20.270
Visual (a)	49.152	280
Trend (a)	175.363	13.068
CVC S.A.U. (b)	-	127.651
Avantrip (a)	3.324	-
Almundo Argentina (d)	636	-
Ola (c)	12.138	-
CVC Portugal	137	-
Total	249.534	231.278

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	Passivo não circulante	
SV Viagens (a)	8.435	51.010
Visual (a)	10.234	65
Trend (a)	80.432	12.040
CVC S.A.U. (b)	-	27.980
Avantrip (a)	3.183	-
Almundo Argentina (d)	6.311	-
Esteruar (a)	116.870	280
Ola (c)	11.624	-
Total	140.737	91.375

(a) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas. (b) Referem-se a despesas com a Diretoria da Avantrip, Bilbos e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar. (c) Refere-se ao pagamento de ilítulos da OLA S.A. realizados pela CVC. (d) Refere-se a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e empréstimos a receber. **18.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração:** A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outros benefícios de curto prazo	37.932	30.682
Pagamentos baseados em ações	35	13
Total	37.967	30.812

19 Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil: As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aérea, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de acordo com o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos a embarcar	1.313.963	1.158.928
Carta de crédito	27.198	41.091
Adiantamento	31.327	31.346
Reembolso	4.049	4.244
Outros	2.993	5.419
Total	1.379.530	1.239.988
Circulante	1.376.384	1.235.623
Não circulante	3.146	3.158

Os saldos na rubrica carta de crédito referem-se a remarcações de reservas e serviços que resultaram na concessão de crédito para compras futuras. O valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento. Os adiantamentos correspondem a créditos adquiridos pelos clientes na modalidade *via viagem*, por meio da qual o cliente realiza pagamentos mensais e acumula crédito para utilização futura na conversão em pacotes/produtos com a CVC, sem que haja, até o momento, reserva vinculada. O prazo limite para solicitação de reembolso é de 18 meses.

20 Receita líquida de vendas

Política contábil: As principais fontes de receita da Companhia são: a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (tratamento aéreo) que compreende a comercialização de assentos. b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro-viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes. **Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho:** Os serviços turísticos, exceto para tratamento aéreo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes. Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como agente ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de "agente", reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros. Com relação ao produto denominado tratamento aéreo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de venda parte antes de transferir o controle para o cliente e, portanto, a sua obrigação de desempenho é a fornecer os próprios serviços. O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma: a) a receita de tratamento decorrente da venda de assentos de aeronav ("tratamento aéreo") e seus respectivos custos dos serviços prestados são reconhecidos no momento do embarque dos clientes. **Ajustes de margem:** Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza ajustes para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência. A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Doméstico	660.400	838.755
Internacional	350.561	637.176
Cruzeiro marítimos	56.546	89.862
Receita bruta de serviços ("agente")	1.067.507	1.565.893
Fretamentos	47.613	47.613
Receita bruta de serviços ("principal")	1.115.120	1.613.506
Impostos sobre venda	(52.003)	(80.509)
Outros custos de cancelamento	(14.447)	(15.504)
Receita líquida de serviços	1.048.670	1.497.990

21 Custos e despesas operacionais

21.1 Custos dos serviços prestados: **Política contábil:** O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de tratamento aéreo quando atua como principal nas vendas desses pacotes.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Custo de serviços (Fretamentos)	(42.699)	(105.947)
Total	(42.699)	(105.947)

21.2 Despesas operacionais: **Política contábil:** O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas. Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(382.489)	(547.400)
Serviços de terceiros (a)	(159.999)	(343.695)
Taxa de cartão de crédito	(84.914)	(348.277)
Depreciação e amortização	(153.036)	(229.717)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.846)	(15.031)
Impairment (b)	30.373	(17.655)
Outros (c)	(763.395)	(1.170.537)
Total	(2.271.016)	(2.881.500)
Despesas de vendas	(588.973)	(975.982)
Despesas gerais e administrativas	(52.994)	(93.945)
Outras receitas operacionais	(763.049)	(1.170.537)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros. (b) Em 31 de agosto de 2025, foi reconhecida a provisão para impairment do saldo residual de ágio e marca da SV Viagens. Vide nota explicativa 16. (c) Outras receitas e despesas operacionais incluem, principalmente, a reversão do valor principal de R\$ 44.243 referente a reversão da provisão para pagamento à SV Viagens, os efeitos decorrentes de contratos de parceria com fornecedores, reversões relacionadas a fornecedores de longa data, perdas operacionais oriundas de gastos não vinculados a reservas embarcadas, bem como despesas associadas a passivos contingentes.

22 Resultado financeiro

Política contábil: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e devidos de e para o ativo próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras	(143.545)	(134.053)	(143.308)	(145.930)
Encargos financeiros (a)	(8.993)	(10.109)	(8.993)	(10.109)
Juros das aquisições	(12.743)	(6.043)	(12.743)	(6.043)
Imposto sobre transações bancárias (b)	(144.248)	(93.855)	(163.443)	(105.158)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(4.454)	(3.501)	(6	



Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. - Fabio Mader Cintrão, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 22.531.443-5, inscrito no CPF sob o nº 188.060.558-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor-Presidente da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis referentes ao quarto trimestre de 2025, e com as informações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício fiscal de 2025. **Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo com endereço comercial na

Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, discutiu e concorda com as informações contábeis referentes ao quarto trimestre de 2025, e com as informações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício fiscal de 2025.

Santo André/SP, 18 de março de 2026

Fabio Mader Cintrão
Felipe Pinto Gomes

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. - Fabio Mader Cintrão, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 22.531.443-5, inscrito no CPF sob o nº 188.060.558-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor-Presidente da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes referentes ao quarto trimestre de 2025 e exercício fiscal de 2025. **Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim,

CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Financeiro e Relações com Investidores da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes referentes ao quarto trimestre de 2025 e exercício fiscal de 2025.

Santo André/SP, 18 de março de 2026.

Fabio Mader Cintrão
Felipe Pinto Gomes

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da **CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento da receita:** As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: • Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas; • Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos; • Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados; • Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes; • Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito e financeiras; e • Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas diferenças nos saldos a receber com administradoras de cartão e divergências identificadas nos registros de transações com antecipação de recebíveis sem coobrigação, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Avaliação de redução ao valor recuperável do ativo:** Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2025 os ativos da Companhia contemplam o reconhecimento de ativos por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 205.924 mil na controladora e R\$ 280.682 mil no consolidado. O valor recuperável do ativo é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ativo, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: • Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ativo registrado; • Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; • Teste matemático das projeções de resultados; • Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; • Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e • Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ativo por rentabilidade futura. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ativo registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 354.997 mil na controladora e R\$ 524.349 mil no consolidado. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre ou-

tros: • Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos; • Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos; • Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; • Teste matemático das projeções de resultados; • Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável; • Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e • Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros e revisão das apurações de imposto de renda e contribuição social diferido, identificamos determinadas diferenças nos registros contábeis relativos a diferenças temporárias, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standard) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP190451/O

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 20/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/20/CVC1588248920032026.pdf>
Hash: 17739462018a8c192231cd4fada3ec477e6188d8f1